



Prefeitura Municipal de Bagé  
Estado do Rio Grande do Sul

Gabinete do Prefeito

Memorando n.º 201/2023 GP.

Bagé, 19 de julho de 2023.

Do: Gabinete do Prefeito

Para: Secretaria de Economia, Finanças e Recursos Humanos – Administração

C/C: Unidade de Controle Interno -UCCI

Assunto: Quebra de Ordem Cronológica

Prezados(as) Senhores(as)

Pelo presente solicitamos a quebra da ordem cronológica de pagamentos, tendo em vista a excepcionalidade aqui justificada.

A obrigatoriedade de observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações contratuais encontra previsão na Lei Federal 8666/93, conforme artigo 5º:

*"Art. 5º. Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 42 desta Lei, devendo cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada" grifo nosso.*

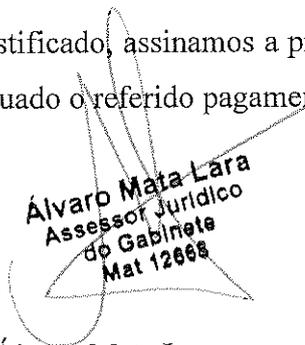
A ordem cronológica de pagamentos se impõe como medida restritiva de privilégios de credores na Administração Pública, contudo, pela apreciação do artigo transcrito anteriormente, podemos observar que a própria Lei de Licitações ao tratar da impossibilidade de quebra da ordem cronológica, permite que haja exceção a essa regra, desde que se façam presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa.

Por entendermos que vigora o Decreto Municipal N.º 155 de 14/04/2023 solicitamos o pagamento das notas dos **empenhos n.º 15428/2022 e n.º 1681/2023**, tendo como credor a empresa **PEDRO HENRIQUE POLI DE FIGUEIREDO** fora da ordem cronológica, em razão do que segue:

Necessita-se proceder a quebra da ordem cronológica do empenho, tendo em vista, a necessidade da continuidade da prestação de serviços técnicos profissionais especializados de assessoria e consultoria jurídica para o atendimento do Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico e os Projetos de Lei do Estado do Rio Grande do Sul relacionada a regionalização dos serviços de saneamento básico.

Justificamos, diante do acima exposto, o pagamento fora da ordem cronológica, para a empresa **PEDRO HENRIQUE POLI DE FIGUEIREDO**.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

  
Alvaro Mata Lara  
Assessor Jurídico  
do Gabinete  
Mat 12668

Álvaro Mata Lara  
Assessor Jurídico